

EM DEFESA DAS ÁGUAS E SERRAS DE CASA BRANCA: A MOBILIZAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA À DEGRADAÇÃO DAS NASCENTES

Bernadeth Maria Pereira¹ e Ka Wanderson Ribas²

INTRODUÇÃO

Buscamos discutir a mobilização popular do povoado de Casa Branca – Brumadinho – MG consolidada no *Movimento em Defesa das Águas e Serras de Casa Branca*. A comunidade está vivenciando experiências de injustiça socioambiental, nas quais o domínio socioeconômico da segunda maior mineradora do mundo, a Vale, aliado a sua ação abusiva de degradação das nascentes vêm causando impactos ambientais e sociais na região.

A mineração é uma questão polêmica em Casa Branca, que se iniciou desde o século XVII, quando a região foi povoada pelos bandeirantes e permanece até hoje sob o domínio de empresas multinacionais. Por uma curiosidade os descendentes desses bandeirantes ficaram situados dentro de uma das regiões mais ricas do mundo: o quadrilátero ferrífero, a principal área produtora de minério de ferro no Brasil. Os bandeirantes não encontraram diamantes na região, porém a mesma sofreu intensa atividade mineradora no século XVIII em função da exploração do ouro, abundante no entorno.

Dentre os vários minérios extraídos do Quadrilátero Ferrífero destacamos o ouro, o manganês e, sobretudo o ferro.³ A intensa exploração desses recursos sem uma devida preocupação ambiental desencadeou uma série de impactos na natureza. Entre os problemas detectados salientamos a poluição do lençol freático e do solo, a perda de biodiversidade, o descarte inadequado de resíduos perigosos e as erosões.⁴

É nessa região que se encontra as Minas Córrego do Feijão e Jangada, nosso objeto de estudo, que fazem parte do Complexo Paraopeba pertencente a Vale.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste estudo, de caráter qualitativo, optamos pelo Método do Estudo de Caso, que obtém evidências a partir de seis fontes de dados: documentos, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante, artefatos físicos e culturais.⁵ Para fazer a entrevista elegemos a História Oral, metodologia de pesquisa que

¹Grupo de Estudo e Pesquisa em Diferenciação Sociocultural-GEPEDISC –Faculdade de Educação– Unicamp-Campinas – SP. detepereira@yahoo.com.br

²Movimento em Defesa das Águas e Serras de Casa Branca – Escola Estadual Carmela Caruso - Casa Branca – Brumadinho – MG. kawribas@yahoo.com.br

⁴A produção de minério de ferro do **Quadrilátero Ferrífero** abastece as usinas siderúrgicas nacionais e produz, em grande parte, para exportação através da Vale. Confira em <http://www.brasilecola.com/geografia/quadrilatero-ferrifero.htm>. Acesso em 22 jan. 2012.

⁵Confira em http://www2.uel.br/pessoal/amanthea/ctu/arquivos/monografias/estudo_de_caso.htm Acesso em 27 jan. 2013

privilegia os testemunhos não escritos, as fontes não hegemônicas e, ao mesmo tempo, dialoga com uma multiplicidade de fontes escritas, visuais e inclusive as oficiais (PEREIRA, 2008).

Entrevistamos Carolina de Moura Campos, uma ativista ambiental participante do *Movimento em Defesa das Águas e Serras de Casa Branca*. Registramos sua narrativa em vídeo e em áudio ressaltando sua importância e significado. O uso dessas múltiplas fontes de pesquisa contribui para que o pesquisador aborde o caso de forma mais ampla e completa, além de entrelaçar as informações e evidências.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A mina Córrego do Feijão está situada na Fazenda Córrego do Feijão, na Serra dos Três Irmãos no entorno de Casa Branca. O empreendimento iniciou suas atividades no ano de 1956 por meio da *Cia de Mineração Ferro e Carvão*. Em 1973, o seu controle foi passado para a *Ferteco Mineração* e a partir de 01 de Setembro de 2003 a mina Córrego do Feijão vem sendo dirigida pela Vale. A área da mineração situa-se dentro da APA SUL e está a 8.23 km do *Parque Estadual Serra do Rola Moça*. As instalações da mina Córrego do Feijão também fazem tratamento de parte do minério da mina da Jangada⁶.

A mina da Jangada está localizada em Casa Branca - Brumadinho em áreas de mata nativa, com remanescentes de mata atlântica, local onde nasce quase uma dezena de córregos. Em 2005, época do licenciamento para a ampliação da mina da Jangada, os *Estudos de Impacto Ambiental-EIA* não consideraram Casa Branca como área diretamente afetada. Referência alguma foi feita sobre o impacto direto das operações da mina sobre o volume de água das nascentes dos Córregos da Jangada e da Índia.

Historicamente a água do *Córrego da Índia* servia, e ainda serve às atividades minerárias desde quando essa era explorada pela extinta *Itaminas*. A água do *Ribeirão da Jangada* servia, e ainda serve, à população da Comunidade da Jangada e da Comunidade da Ponte, ambas situadas em Casa Branca.

Centenas de famílias utilizam dessa água para suas atividades cotidianas. Essas famílias já perceberam a escassez e a má qualidade da água que chega às suas residências, devido à cota das insurgências de ambos os córregos encontram-se praticamente no mesmo nível do aprofundamento da cava e ainda ter um bombeamento profundo e contínuo do lençol freático.

À época, a comunidade participou de *Audiência Pública* e protocolou questionamento a esse fato, mas o licenciamento acabou sendo aprovado sem a correta mensuração dos impactos do empreendimento na região. Os impactos previstos nos estudos aconteceram em sua totalidade, no entanto, as contrapartidas contempladas no *EIA* não foram cumpridas. Para contestar esse estudo, um processo foi aberto solicitando que ele fosse refeito, considerando também a comunidade local.

Em janeiro de 2012, a revalidação da licença ambiental para a ampliação da mina da Jangada foi concedida pelo *Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam*. De acordo com o superintendente de *Regularização Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente*, a *Vale* foi autorizada a realizar todos os tipos de uso da água, inclusive o rebaixamento de lençol

⁶Confira em <http://www.geofisicabrasil.com/noticias/35-noticias/1481-exaustao-das-minas.html> Acesso em 23 fev. 2013

freático⁷. Este fato incidiu diretamente na piora da qualidade da água, que agora se encontra turva, sendo que os moradores já constataram, até óleo nas torneiras de suas casas. O nível das nascentes está ficando baixo, comprometendo o fornecimento ininterrupto de água, principalmente para a comunidade da Jangada. O conhecido Lago Azul também já secou em aproximadamente 50%. (JORNAL POR DENTRO DO VALE, 2011).

Portanto, desde 1996, a população de Casa Branca vem se envolvendo com a preservação de suas nascentes, que estão sendo degradadas em função da atividade mineraria. Porém, foi no decorrer do ano de 2011 que o povoado assistiu à eclosão de um fortíssimo *Movimento* de caráter popular, social e ecológico. Podemos situar a gênese do *Movimento* em reuniões que foram convocadas por lideranças locais, para discutir um projeto intitulado *Resgate da Cidadania*, cujo foco, visando às eleições de 2012, era preparar estratégias para fortalecer os interesses políticos de Casa Branca, bastante negligenciada pelo poder público municipal. Durante essas reuniões, foram levantados os diversos problemas da comunidade, sendo um tema prioritário a água. Grupos de Estudos foram criados, do qual o *Grupo da Água* começou a extrapolar o projeto inicial e tomou, espontaneamente, um rumo inesperado, crescendo e ganhando a adesão popular.

A primeira ação do *Movimento* ocorreu, quando a Vale visando à expansão da mina da Jangada realizou sondagens, com veículos e equipamentos de grande porte, abrindo inúmeras vias de acesso, verdadeiras “avenidas” e “ilhas”, em plena mata atlântica, gerando grande desmatamento ilegal. Os moradores de Casa Branca começaram a reclamar da má qualidade da água e dos prejuízos aos mananciais provocados pelas atividades da Vale nas minas de Jangada e Córrego do Feijão:

A estrada transforma-se em estrada de carga de minério prejudicando sobremaneira a economia local, o transporte de crianças, ambulância, serviços públicos e comércio. Ressalta-se que o turismo, principal fonte de renda da comunidade, o Inhotim, também foi prejudicado pela estrada. (AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG, 2011)

Há também relatos de: a) problemas de dentição supostamente provocados pelo alto teor de minério de ferro presente na água consumida pela população; b) rachaduras nas casas, provocadas pelas explosões nas minas; c) trânsito intenso de caminhões pesados na estrada que liga Brumadinho - Córrego do Feijão - Casa Branca; d) a população ser privada do acesso às cachoeiras localizadas nas terras pertencentes à Vale na região.

A comunidade assustada e sem explicações do que estava acontecendo, nem da empresa nem do poder público, começou a se reunir para enfrentar esse desafio. Como resultado das primeiras reuniões uma caminhada do bairro da Jangada até a Praça São Sebastião de Casa Branca foi realizada no dia 3 de abril. A caminhada visou denunciar o desmatamento e coletar assinaturas da população objetivando entrar com uma representação junto ao *Ministério Público* para esclarecer o que estava acontecendo e tomar as devidas medidas judiciais. A *ação jurídica*, junto com todas as assinaturas coletadas foi protocolada no *Ministério Público* no dia 05 de abril de 2011.

A partir dessa primeira mobilização popular o *Movimento* foi se fortalecendo e organizando outras ações como participação em: a) Audiências Públicas; b) *Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale*, que desde 2009 reúnem organizações da sociedade, sindicatos, redes e movimentos sociais e religiosos de várias partes do Brasil e do mundo; c) Reunião da *URC*ⁱ (*Unidade Regional Colegiada*) *Paraopeba*, instância do *Conselho de*

⁷ Idem Ibidem nota 5;

Política Ambiental- COPAM, espaço no qual são votadas as licenças para exploração minerária; d) *Carnavais de Rua* de Casa Branca com o *Bloco Unidos por Casa Branca: Em Prol das Águas, Serras e Tudo Mais...*; e) Encontro promovido pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais-GESTA da UFMG, que desenvolve um projeto denominado *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais* mapeando os casos de injustiça socioambiental; f) *Grito dos Atingidos por Mineração na Rio+20*. O encontro foi ocasião para debater os impactos socioambientais e a acumulação injusta de capital causado pela mineração, no contexto de um modelo de desenvolvimento global excludente e insustentável; g) Reuniões frequentes com a comunidade; h) Produção de shows, almoços comunitários e feiras de trocas têm sido ações que contribuem para fortalecer os laços entre o *Movimento* e a comunidade; i) Vendas de adesivos com a frase: “Mineração, um Câncer no Seio das Gerais” foi uma ação para gerar recursos para o *Movimento*; j) Ato denunciando a degradação das belas montanhas e serras que molduram a paisagem de Casa Branca. Uma “lágrima”, confeccionada em tecido, foi colocada no que seria o olho do popularmente chamado “Morro do Cachorro” pelo mesmo se parecer com um enorme cãoⁱⁱ; k) Confecção a muitas mãos de uma bandeira de retalhos, que foi estacada no alto da Serra Ouro Fino, simbolizando a união do *Movimento*.

Destacamos uma mobilização popular acontecida em 16 de maio de 2011, que fez com que o poder público e a Vale parassem de ignorar a existência do *Movimento* e da própria comunidade. Essa ação se expressou em um movimento social, que ganhou visibilidade na sociedade como fenômeno histórico concreto, transformador de relações sociais, agente do processo de mudança social. (GHON, 2007).

A preparação para essa manifestação popular contou com a exibição do filme *Não Vale*⁸ de Silvestro Montanaro, sobre o impacto do ciclo de mineração e siderurgia no corredor de Carajás (PA - MAO filme destaca de forma particular as irresponsabilidades da Vale, seu impacto socioambiental, os conflitos trabalhistas e a degradação de vidas humanas pela ação da mineradora no norte do Brasil.). O documentário foi exibido em um espaço público, em frente à igreja de Casa Branca e teve grande audiência popular. Posteriormente, na madrugada de segunda-feira, a comunidade bloqueou a “Avenida Um” que liga Casa Branca à Sede do Município e à Mina da Jangada. Esta mobilização ficou conhecida como o *Dia da Alegria*. Como resultado da ação, no mesmo dia a Vale enviou vários representantes para dialogarem com a comunidade, a mídia noticiou o ocorrido em cadeia nacional e nas redes sociais da internet o *Dia da Alegria* foi muito divulgado⁹. Por meio da mobilização popular uma condicionante foi estabelecida com a mineradora *Córrego do Feijão* acordando, que a Vale passasse a prestar contas de suas ações à comunidade, estabelecendo, a partir daí, um canal de comunicação com a mesma. Esse fato só se efetivou após o vencimento da licença inicial de funcionamento da mineradora, contestada junto à *Unidade Regional Colegiada de Paraopeba* pelo *Movimento*. Mesmo com o protesto e manifestação do *Movimento*, que compareceu com faixas e realizou a leitura de um *Manifesto*, a licença de operação da empresa mineradora foi renovada.

CONCLUSÃO

⁸ Para conseguir cópias do filme contatar justicanostrilhos@gmail.com - www.justicanostrilhos.org

⁹ Disponível em <http://g1.globo.com/videos/minas-gerais/v/protesto-contr-a-acao-de-m...> e <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=207614619279228&set=t.13...> Acesso em 22 jan. 2012

A partir dessas considerações concluímos que natureza, organização social e econômica, pensamentos e desejos são tratados em um contexto, no qual as configurações do poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o ambiente, raramente se distribuem de forma igualitária na nossa sociedade capitalista. Portanto, a mobilização popular expressando seu potencial de resistência política e cultural tem sido um instrumento do processo de mudança social, cristalizando as relações que acontecem em espaços ainda não consolidados das estruturas e organizações sociais, construindo assim um novo tipo de cidadania¹⁰. O processo de construção dessa nova cidadania enquanto afirmação e reconhecimento de direitos é um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo e um processo de aprendizado social, de construção de novas formas de relação. Formas essas, que incluem de um lado, evidentemente, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, mas também, de outro lado, para a sociedade como um todo, incluem um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONH, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

JORNAL POR DENTRO DO VALE. **Protesto em Casa Branca denuncia danos causados pela Vale**. Reportagem do Jornal POR DENTRO DO VALE – Edição nº 26 – Maio de 2011 – Brumadinho-MG.

PEREIRA, Bernadeth Maria. **Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET-MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado em Educação).

¹⁰ Sobre a noção de um “novo tipo de cidadania” consulte: DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania in **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. Org. Evelina Dagnino, Ed. Brasiliense, 1994, pág. 103-115. Confira em <http://www.cefetsp.br/edu/eso/cidadania/movimentosnovacidania.html>. Acesso em 18 fev de 2013.